

RIBEIRO, Fernando Victor Aguiar (...) USP, Ano IV n. 6, p. 191-198, 2013

A conquista na compreensão do Brasil **The conquest in the comprehension of Brazil**

Fernando Victor Aguiar Ribeiro

Doutorando em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP, bolsista CNPq)

Resenha

WEFFORT, Francisco. *Espada, cobiça e fé*: as origens do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

Palavras-chave conquista, fronteira, mitos.

Keyword conquest, frontier, myths.

Na obra *Espada, cobiça e fé. As origens do Brasil*, Francisco Weffort aborda os primeiros séculos da colonização na América portuguesa ao enfatizar o processo de conquista durante os séculos XVI e XVII.

Define, pois, que a etapa inicial da colonização das Américas foi uma ação de conquista que não se encerrou com a dominação das sociedades indígenas, mas foi uma construção que levou décadas para ser consolidada.

Apresenta a conquista como momento privilegiado para o entendimento do Brasil atual, isso porque, “ficaram em nós desses primeiros séculos as feições e as cicatrizes da conquista”¹. Destaca a proposta do ensaio ao afirmar que “nos primeiros tempos deste novo mundo nascido da violência da cobiça e da fé, o que mais surpreende é o quanto sua história ajuda a compreender os tempos atuais”.²

Para analisar o processo de formação do Brasil, que “começou com a conquista do território nacional e continua até os dias que correm”,³ Weffort retoma as origens dos países ibéricos, principalmente o fato de terem sido constituídos através da obtenção de territórios ocupados pelos muçulmanos.

A primeira parte da obra “*Heranças ibéricas*” aborda como Portugal e Espanha, após consolidar seu território nacional na Reconquista, transplantou para as Américas práticas e ideias semelhantes.

A ideia de transplantação de uma instituição é importante na obra de Weffort. Apresenta, dessa forma, que as práticas empreendidas na Reconquista, quando Espanha e Portugal expulsaram os mouros da Península Ibérica, nortearam a ação de conquista nas Américas. Não havia infiéis como na Europa, mas povos indígenas a serem convertidos.

Nesse momento, os países ibéricos, embora tenham se deparado com sociedades indígenas distintas, compartilharam os mesmos desafios: “a posse do território, a conquista de riquezas e a dominação dos nativos”.⁴

À posse somam-se os mitos medievais que impulsionaram a penetração do interior e a efetiva dominação de novos territórios. Seguindo a interpretação de Sérgio Buarque de Holanda em *Visão do Paraíso*, Weffort aponta que “quando examinamos os séculos XVI e XVII, percebemos que as origens do Brasil se devem, sobretudo, às tradições sociais e culturais do medievalismo de uma época em que o capitalismo comercial era ainda muito frágil”.⁵

1 WEFFORT, Francisco. *Espada, cobiça e fé. As origens do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 12.

2 *Ibidem*, p. 11.

3 *Ibidem*, p. 12.

4 *Ibidem*, p. 22.

5 *Ibidem*, p. 27.

Sérgio Buarque, por sua vez, aponta que o tema central de *Raízes do Brasil* “é a biografia de uma dessas ideias migratórias, tal como se desenvolveu a partir das origens religiosas ou místicas [medievais], até vir implantar-se no espaço latino-americano, mormente no Brasil”.⁶

O processo de conquista representou uma tensão entre os mitos de origem medieval e a construção de um sistema de exploração colonial. Isso porque com uma mentalidade baseada em ideias da Idade Média, os ibéricos empreenderam o mercantilismo comercial. O desencantamento do mundo americano seguiu com as críticas dos jesuítas em relação à utilização das populações indígenas como mão-de-obra escrava.

A sociedade de fronteira, criada nesse embate, se caracterizou por um relativismo de consciência, pois enquanto os religiosos questionavam a escravidão indígena, consideravam o trabalho compulsório de africanos como fundamental para a manutenção da colônia.

Esse relativismo é fator estruturante da sociedade em construção nas Américas castelhana e portuguesa e é demonstrado quando Weffort afirma que “os europeus se permitiram nas colônias sistema de dominação que havia tornado inaceitáveis nos países de origem”.⁷

Retomando obras clássicas, como *The significance of frontier in American History* de Frederick Turner e *Capítulos de História Colonial* de Capistrano de Abreu, Weffort define que “o sentido histórico mais abrangente que se atribuiu à noção de fronteira é a de um fator determinante da moderna civilização ocidental”.⁸ Isso porque, “no caso do Brasil, e talvez de outros países ibero-americanos, a fronteira sociológica criou as bases das fronteiras políticas firmadas nos séculos XVIII e XIX”.⁹

Em 1893, Frederick Turner ressalta a importância da fronteira na formação social dos Estados Unidos. Pois, “the peculiarity of American institution is the fact that they have been compelled to adapt themselves to the changes of an expanding people – to the changes involved in crossing a continent, in winning a wilderness, and in developing at each area of this progress out of the primitive economic and political conditions of the frontier into the complexity of city life”.¹⁰

6 HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, [1ª edição, 1958], p. 24.

7 WEFFORT, Francisco. *Op. cit.*, p. 51.

8 *Ibidem*, p. 60.

9 *Idem*.

10 “A peculiaridade da instituição norte-americana é o fato de que eles foram obrigados a adaptar-se às mudanças de uma expansão de população – às mudanças envolvidas em atravessar um continente, na conquista do sertão e no desenvolvimento em cada área desse progresso fora das condições econômicas e políticas primitivas da fronteira na complexidade da vida urbana”. TURNER, Frederick J. “The significance

Conclui Turner que “the frontier is the line of most rapid and effective Americanization. The wilderness masters the colonist”.¹¹

Capistrano de Abreu, por sua vez, destaca a importância dos caminhos na ocupação e na expansão da fronteira. Afirma que “a invasão flamenga constitui mero episódio de ocupação da costa. Deixa-a na sombra a todos os respeitos o povoamento do sertão, iniciado em épocas diversas, de pontos apartados, até formar-se uma corrente interior, mais volumosa e mais fertilizante que a tênue litorânea”.¹²

Assim, seguindo as interpretações de Turner e Capistrano de Abreu, Weffort apresenta a fronteira como elemento que conduz o conquistador para o interior. Mais do que uma linha entre o conhecido e o desconhecido provoca o europeu, motivado pelos mitos de riquezas, a tentação de devassar os sertões.

A *fronteira sociológica* corresponde às permanências herdadas dos ibéricos no processo da Reconquista peninsular. Além da guerra com motivações de missão religiosa, Weffort aponta que “os conquistadores da península legaram aos seus descendentes no Novo Mundo um personalismo de fundo senhorial”.¹³

Mais uma vez o autor retoma o processo histórico, principalmente a conquista e seu contexto de dominação e subjugação de sociedades indígenas, para compreender a realidade brasileira. No caso, remonta à Reconquista para examinar o personalismo, característica tão marcante das sociedades ibero-americanas.

Conclui, sobre a relação entre os países ibéricos no seu processo de Reconquista e conquista das Américas que “se na Reconquista da península se encontra a raiz da identidade hispânica, na conquista da América se acha a raiz da identidade do Brasil e dos países ibero-americanos”.¹⁴ No caso específico do Brasil, define que “a conquista dos territórios para além das Tordesilhas pelos bandeirantes é a raiz da identidade brasileira”.¹⁵

Ou seja, destaca mais uma vez a importância da formação do Brasil a partir do contexto de conquista, pois, para Weffort, somente com a penetração e fixação do europeu no interior é que se define o país. E esse processo, motivado pela cobiça e impulsionado pelos mitos, ajudaram a construir a identidade nacional.

of frontier in American History”. *The frontier in American History*. Tucson;London: The University of Arizona, 1991, [1ª edição, 1893], p. 2.

11 “A fronteira é a linha de americanização mais rápida e eficaz. O sertão conduz o colono”. *Idem*, p. 4.

12 ABREU, João Capistrano. *Capítulos de História Colonial*. Brasília: Senado Federal, 2007, [1ª edição, 1907], p. 106.

13 WEFFORT, Francisco. *Op. cit.*, p. 69.

14 *Ibidem*, p. 86.

15 *Idem*.

A penetração do sertão através das bandeiras é o eixo central da segunda parte da obra, intitulada “*Terras e mitos*”. Nessa parte, Weffort enfatiza o papel dos mitos e fantasias na colonização, retomando para isso as interpretações de Sérgio Buarque de Holanda. Afirma que “é difícil compreender a tenacidade dos conquistadores sem se admitir a força da fé que depositavam em seus mitos”.¹⁶

Os mitos, em sua grande maioria, eram associados às minas de ouro, prata e esmeraldas. Esse panorama de fantasia influenciou a política da Coroa, pois Weffort afirma que “a política de Portugal na colônia era a de conquistar terras para encontrar ouro”.¹⁷

A busca de metais no interior foi a principal motivação às explorações dos sertões. Dessa forma, “as bandeiras e entradas foram um fenômeno geral na expansão da colônia dos primeiros séculos, chegando a abranger todo o território que depois se tornou nacional”.¹⁸

Descreve, após conceituar as entradas e bandeiras, os principais sertanistas, seus feitos e suas tensões com forças contrárias, principalmente com os jesuítas. Conclui que “algumas das mais célebres bandeiras do século XVI nasceram diretamente do estímulo da Coroa”¹⁹, refutando, portanto, as interpretações do início do século XX que marcaram o bandeirismo como sinal de independência e rebeldia dos paulistas.²⁰

A terceira parte do livro, “*Senhores e capitães*”, procura amarrar as duas partes anteriores apresentando conclusões referentes às interpretações da realidade brasileira. Aponta que o Brasil “formou-se de cima para baixo como se formam os exércitos, a partir dos capitães. As bandeiras expressam o espírito da sociedade militarizada os primeiros séculos”.²¹

Define que

foi esse o início da construção de uma estrutura social que atravessou séculos da história brasileira, baseada na escravidão ou, em qualquer caso, em formas de dominação social apoiadas diretamente na violência. Quem tivesse extensões de terra ou riquezas comerciais era também um “dono do poder”, ou seja, detentor das armas e dos cargos da administração, um personagem de algum modo pertencente ao “estamento burocrático”.²²

¹⁶ *Ibidem*, p. 97.

¹⁷ *Ibidem*, p. 102.

¹⁸ *Ibidem*, p. 123.

¹⁹ *Ibidem*, p. 164.

²⁰ Destacam-se, nessa interpretação, Alfredo Ellis Jr. *Raça de gigantes*. São Paulo: Helios, 1926, Afonso Taunay. *História geral das bandeiras paulistas*. São Paulo: H. L. Canton, 1929 e Cassiano Ricardo. *Marcha para oeste. A influência da “bandeira” na formação social e política do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1940.

²¹ *Ibidem*, p. 171.

²² *Idem*.

No capítulo “*Nobreza da terra*” Weffort discute a formação social do brasileiro. Para tanto, pauta-se principalmente nas interpretações de Sérgio Buarque ao afirmar que “o aventureiro foi o tipo social dominante da colônia”²³ e que “em vez do trabalho moroso e sistemático, apostava-se no golpe de sorte, no salto que, de um momento para outro, abria o caminho da riqueza e do poder”.²⁴

Com isso, “na administração da colônia, as famílias dominantes se confundem com os representantes do poder real. Na sociedade, sobretudo nos assuntos relativos a dinheiro, tendem a confundir-se o público e o privado”.²⁵ Isso porque o processo de conquista, pautado na cobiça e na busca por riquezas rápidas, gerou uma sociedade predatória, tal qual Sérgio Buarque define em *Raízes do Brasil*. Pois o colono, “seu ideal será colher o fruto sem plantar a árvore. Esse tipo humano ignora as fronteiras. No mundo tudo se apresenta a ele em generosa amplitude e, onde quer que se erija um obstáculo a seus propósitos ambiciosos, sabe transformar esse obstáculo em trampolim”.²⁶

Uma nova sociedade de ambiciosos, mas com a herança ibérica da aversão aos trabalhos mecânicos, tem como meta o enobrecimento, seja oficial, através de pedidos de títulos de nobreza, quanto à auto nobilitação, representada pela categoria da *nobreza da terra*.

Assim, como maneira de incorporar essas elites locais ao projeto da Coroa, operou-se a concessão de sesmarias como mecanismo de reciprocidade. Para Weffort, “as terras sobre as quais a Coroa tinha soberania, eram uma espécie de ‘moeda de troca’, tanto para a política imperial de defesa e ocupação do território quanto para a pesquisa e a busca das minas de ouro”.²⁷

Os mitos medievais, somados ao gosto de aventura, criaram uma sociedade de fronteira, da qual “nessa incerteza do futuro devia haver também o sentimento de uma enorme disposição para a violência”.²⁸ Isto é, o desejo de buscar riquezas impulsionado por relatos míticos, fez com que o conquistador pautasse sua ação na cobiça e, para tanto, a violência passou a ser um recurso de suas empresas.

Concluindo a obra, Weffort aponta que “o peculiar dos ibéricos dos séculos dos descobrimentos e da conquista é sua enorme capacidade de expansão, ao lado da intensidade de seu tradicionalismo”.²⁹ A partir disso, “a conquista criou aqui uma sociedade nova, mas,

23 *Ibidem*, p. 191.

24 *Idem*.

25 *Ibidem*, p. 194-195.

26 HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Op. cit.*, p. 44.

27 WEFFORT, Francisco. *Op. cit.*, p. 209.

28 *Ibidem*, p. 215.

29 *Ibidem*, p. 216.

desde o início marcada pela continuidade de algumas tradições da velha sociedade ibérica e medieval”.³⁰

A não ruptura do passado é a chave para compreender a formação do Brasil. Essa continuidade, segundo Weffort, “é um dos traços constitutivos, ‘uma das marcas e cicatrizes’ do nosso caráter, com sua peculiar capacidade de conviver em meio a tendências diferentes, e mesmo contraditórias, de comportamento”.³¹

Dessa forma, Weffort retoma a proposta de compreender o passado através da reflexão de sua formação como processo histórico. Retomando autores como Capistrano de Abreu, Afonso Taunay e Raimundo Faoro e segue a tradição de grandes interpretações, como as elaboradas por Caio Prado Jr., Paulo Prado e Sérgio Buarque de Holanda, no intento de compreender o Brasil.

Demonstra, pois, que mesmo com uma bibliografia tradicional e sem focar em invocações na pesquisa documental, oferece grande contribuição à reflexão sobre a história do Brasil. E aponta que esse processo não está encerrado, visto que “a nova sociedade não superou a velha sociedade, mas a traz dentro de si”.³² Assim, “a nova sociedade nasceu da busca do futuro e persiste até hoje nessa busca. Mas jamais rompeu, não pelo menos inteiramente, seus vínculos mais profundos com a tradição”.³³

Weffort apresenta que o Brasil, que sempre se pautou por ser o país do futuro e focado em promessas e expectativas do porvir, precisa, corroborando com Sérgio Buarque, superar seu passado e, através da reflexão e compreensão do seu sentido histórico, definir com clareza qual país pretende construir, superando as contradições de sua formação.

Referências bibliográficas

ABREU, João Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1930.

ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. Brasília: Senado Federal, 2007, [1ª edição, 1907].

³⁰ *Idem*.

³¹ *Idem*.

³² *Ibidem*, p. 217.

³³ *Idem*.

ELLIS JR, Alfredo. *Raça de gigantes*. São Paulo: Helios, 1926.

FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Globo, 2ª ed., 1975.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, [1ª edição, 1936].

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, [1ª edição, 1958].

PRADO, Paulo. *Paulística. História de São Paulo*. Rio de Janeiro: Ariel, 1934.

PRADO JR. Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1942.

RICARDO, Cassiano. *Marcha para oeste: a influência da “bandeira” na formação social e política do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1940.

TAUNAY, Afonso. *História geral das bandeiras paulistas*. São Paulo: H. L. Canton, 1929.

TURNER, Frederick J. “The Significance of Frontier in American History”. *The Frontier in American History*. Tucson; London: The University of Arizona, 1991, [1ª edição, 1893].

